

**anais do 7º seminário do\_co\_mo\_mo\_brasil**

porto alegre, 22 a 24 de outubro de 2007

**“UM PALÁCIO DESTRONADO...”**

Maria Cecília Filgueiras Lima Gabriele  
Arquiteta  
Mestre - Universidad Complutense de Madrid  
Professora Assistente - Universidade de Brasília  
Endereço: SQS 202, Bloco E, apto 604  
Asa Sul  
70.232 050 Brasília DF  
BRASIL  
FONE: (0xx61) 3253 8301  
CELULAR: (0xx61) 8137 4533  
e-mail: cecilia\_gabriele@yahoo.com.br

Paulo Costa Sampaio Neto  
Arquiteto  
Mestre – FAUUSP  
Professor Assistente - Universidade Federal do Ceará  
Endereço: Av. Santos Dumont, 3665, Bloco B, apto.1304  
Aldeota  
60.150 162 Fortaleza CE  
BRASIL  
FONE: (0xx85) 3267 3096  
e-mail: pcosta@ufc.br

# UM PALÁCIO DESTRONADO...

## Resumo

O Palácio da Abolição, projeto do arquiteto Sérgio Bernardes, inaugurado no ano de 1970 em Fortaleza, foi construído com o fim de abrigar a residência oficial do governador do Estado. Plácido Castelo, primeiro chefe do executivo cearense a viver no palácio, decidiu posteriormente por uma ampliação que possibilitou a transferência do gabinete de despacho para o local, permitindo, assim, que as funções relacionadas ao governador fossem ali exercidas.

Autor de um projeto típico da terceira geração do Movimento Moderno, Bernardes tratou de tirar partido da privilegiada localização em altiplano, a poucos metros da praia do Meireles. A edificação, de configuração pavilhonar, é guarnecida por varandas ao longo das duas fachadas de maior dimensão. O sistema estrutural, rigidamente modulado, foi concebido com a utilização de tubos *Mannesmann*, de aço especial sem costura, compondo pilares e vigas, em certa alusão às estruturas de carnaúba localmente utilizadas. Nos materiais de acabamento, ganharam destaque a Peroba, o mármore Cinza Biré e pedras do Piauí e da Paraíba. O jardim, concebido por Fernando Chacel é composto por vasta gama de espécimes da flora nativa, além de dispor de um “riacho artificial”, com água corrente bombeada, que cumpre a função de barreira física entre a edificação e os logradouros adjacentes.

Após sua execução, em 1972, um novo e arrojado monumento, também de autoria de Bernardes, foi incorporado ao terreno, destinado ao mausoléu do Presidente Castelo Branco.

Passados quase vinte anos de sua construção, após ter servido a seis governadores, o Palácio da Abolição foi preterido, em 1987, pelo recém-empossado Governador Tasso Jereissati, que decidiu despachar no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro do Cambeba, e servir-se da sua residência própria como local de moradia. A partir de então, o Palácio passou a abrigar algumas secretarias de Estado e órgãos da administração pública; função que desempenha até hoje, sem que necessárias obras de reparo e conservação do edifício sejam realizadas. Tomado por divisórias, seus quatro mil metros quadrados encontram-se degradados e mal utilizados.

Este trabalho destaca e resgata uma importante obra do Movimento Moderno no Ceará, que ao perder sua função precípua corre o risco de desaparecer por completo, dado o descaso com que é tratado tal patrimônio.

## Abstract

The ‘Palácio da Abolição’ (Abolition (of slaves) Palace), an architect Sérgio Bernardes's project, was inaugurated in 1970 in Fortaleza. It has been constructed to be the official residence of the state government of Ceará. Plácido Castelo, the first executive chief that lived in the palace, decided to enlarge the building, in order to set the government office there. It allowed the governor to work there too.

Author of a typical third generation Modern Movement project, Bernardes used the advantage of the place, a plateau at a few hundred meters from the Meireles beach. The pavillion configuration of the building has terraces in all the two biggest façade. Using big glass-panes with pivoting windows, he try to catch the constant breeze and appreciate the view of the beach, like in a belvedere. The structural system hardly modulated, was designed with *Mannesmann* tubes, made by special iron, with no solder, composing columns and beams, like making an allusion to the “carnauba” structures, commonly used in the region. In the project design he used a level division, placing the service and logistic areas in a half interred level; the reception and event areas in the ground level; and the private areas in the higher one. About finishing materials, the Peroba wood, the marble and the gray Biré, Piauí and Paraíba rocks. The garden, designed by Fernando Chacel have a great number of local flora specimens and a artificial small river with pumped water that have a physical obstacle function between the building and the neighbourhood.

After the construction of the building, in 1972, a new imposing monument, also designed by Bernardes, was jointed to the area allocated to President Castelo Branco tomb.

Almost twenty years after the construction of the building, after serving six governors, the Palácio da Abolição was neglected, in 1987, by the just elected Governor Tasso Jereissati, that decided to work in the Administration Center Governador Virgílio Távora, in the Cambeba district, and use your own residence to live. Since that time, the palace is been used for some public administration without the necessary repairs and maintenances. Full of division plaques, its four thousand square meters are degraded and in a bad use. This work highlight and rescue an important workmanship of the Modern Movement in Ceará, that in loosing its planned function, is in risk of disappear because of the careless with the patrimony.

**Palavras-chave:** Arquitetura do Movimento Moderno, Sérgio Bernardes, Palácio da Abolição

**Key words:** Modern Moviment Architecture, Sérgio Bernardes, Palácio da Abolição

# UM PALÁCIO DESTRONADO...

## Considerações iniciais

*O abrigo das atividades governamentais é uma questão arquitetônica clássica, preocupação de qualquer tratado ou manual de arquitetura do passado. [...] Do espaço da administração pública não se deve isolar sua denotação mais ampla de lócus do poder, da simbologia inerente ao exercício das práticas políticas em uma sociedade* (SEGAWA, 2002, p.176).

O desejo de construção de um novo palácio, que abrigasse a residência oficial do chefe do executivo cearense, remonta ao final dos anos cinqüenta. José Parsifal Barroso, governador do Ceará, empossado em 1959, insatisfeito com as rústicas instalações do Palácio da Luz<sup>1</sup>, solicita, por esta data, a elaboração do projeto para o Palácio da Abolição ao arquiteto carioca Sérgio Bernardes.

A relação entre ambos provém do ano anterior, quando Parsifal Barroso, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do governo do Presidente Juscelino Kubistchek, torna-se o responsável pela viabilização da construção do pavilhão que representava o Brasil na Exposição Internacional de Bruxelas, de autoria do mencionado arquiteto<sup>2</sup>.

Em retorno do Rio de Janeiro, onde residira enquanto ministro, o novo Governador ordena a demolição parcial do Palácio da Luz, cuja tipologia original era de edificação com pátio central, preservando-lhe, apenas, a ala correspondente ao gabinete de despacho. Com o valor correspondente à venda da área desocupada, adquire o terreno para o novo palácio, que compreende três quadras à Av. Barão de Studart, em altiplano na cota de 26 metros, próximas à orla marítima<sup>3</sup>. Finalmente, nomeia a comissão responsável pela execução da obra, composta pelos engenheiros do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens – DAER –, João Sanford (diretor do citado departamento), José Alberto Cezar Cabral e Rui Filgueiras Lima.

Com limitados recursos estaduais, a construção se estende por mais dois governos, Virgílio Távora e Plácido Castelo, cabendo, a este último, o mérito pela sua conclusão (em 1970). Em tais circunstâncias, esta obra integrará um rol de grandiosas realizações, levadas a cabo pelo

---

<sup>1</sup> O Palácio da Luz foi construído no final do século XVIII, com auxílio de mão de obra indígena, para ser residência do Capitão-Mor Antônio de Castro Viana. Atualmente é sede da Academia Cearense de Letras.

<sup>2</sup> Mesmo com apenas 10 anos de formado, na ocasião, Sérgio Bernardes já possui projeção nacional e, até, internacional, conforme infere Nobre (2002), tendo uma de suas obras (elaborada antes mesmo de sua formatura) publicada no prestigioso periódico francês *L'Architecture d'Aujourd'hui*, em número duplo, consagrado "exclusivamente à nova arquitetura brasileira"; ao que, também, corrobora CAVALCANTI (2001), ao enumerar os prêmios já auferidos pelo arquiteto: Prêmio da II Bienal de São Paulo, para arquitetos abaixo de 40 anos, com o projeto da Casa de Lota Macedo Soares; 1º Prêmio do concurso para construção da Capela de São Domingos, em São Paulo (1952); Grande Prêmio de Arquitetura da Bienal de Veneza (1954), pelo projeto da casa de Hélio Cabral, no Rio de Janeiro; 1º Prêmio do concurso para construção da nova sede do Senado Federal (1955), também no Rio (obra não-executada); e o prêmio "Estrela de Ouro" (1958), pelo Pavilhão citado no texto.

<sup>3</sup> O local escolhido para implantação do futuro palácio é o bairro do Meireles, área residencial preferencial dos extratos sociais mais elevados, situado dois quilômetros a leste do centro. Em 1960, na gestão do governador Parsifal Barroso, o arquiteto Helio Modesto, elaborou o Plano Diretor de Fortaleza, onde propôs um sistema viário que conectava as diversas regiões da cidade. Apesar do plano não ter tido continuidade, a Avenida Beira-Mar, responsável pela ligação entre o Mucuripe e a Barra do Ceará, foi construída, atraiu as classes mais altas e recebeu investimentos dos setores público e privado. Como consequência, houve a expulsão de seus antigos moradores de baixa renda.

mencionado governador, primeiro do período militar, do qual fazem parte, a construção do Instituto Penal Paulo Sarasate, a Rodovia do Algodão (ligando Fortaleza ao Crato, com mais de quinhentos quilômetros de extensão), a Rodovia Litorânea (ligando Fortaleza ao Aracati), a rodoviária de Fortaleza e o estádio de futebol, que leva o seu nome (Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão); obras que, segundo Parente (2000, p.402), constituem-se como “símbolos dessa nova etapa de poder”.

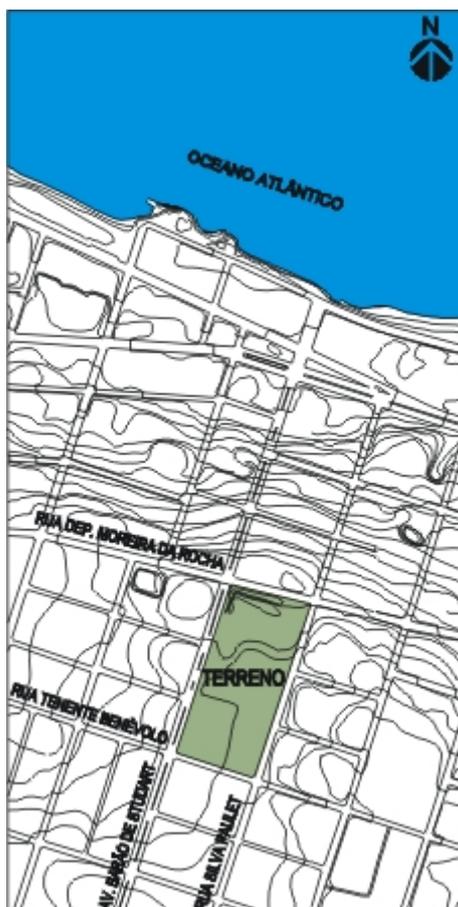


Fig.01. Terreno adquirido para construção do Palácio da Abolição e entorno.  
Fonte: arquivo dos autores.

### Partido arquitetônico adotado

Em que pese a desproporção entre as dimensões do terreno, cujo comprimento suplanta o dobro da largura (aproximadamente, 240m x 108m), o arquiteto Sérgio Bernardes, responsável pela elaboração de tal empreendimento, não hesita em implantá-lo na direção ortogonal à maior medida daquele. Fatores como direção da ventilação predominante, correspondente ao quadrante nordeste-sudeste, orientação solar mais favorável, com menor incidência de radiação direta nas fachadas de maiores dimensões, e, sobretudo, a possibilidade de descortino da orla marítima<sup>4</sup>,

<sup>4</sup> Embora distando quatrocentos metros da praia do Meireles, a condição de platô, à beira do acentuado declive topográfico em direção ao mar, confere a qualidade de “mirante” ao terreno escolhido. Tal propriedade lhe será assegurada pela legislação urbanística da capital, que imporá absoluta restrição à verticalização das edificações nas circunvizinhanças do palácio.

certamente, o conduzem a tal decisão. Vale recordar a similitude com a situação enfrentada pela equipe de arquitetos brasileiros, Lúcio Costa, Carlos Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Oscar Niemeyer, quando da elaboração do projeto definitivo para o Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, acerca dos aspectos supra.

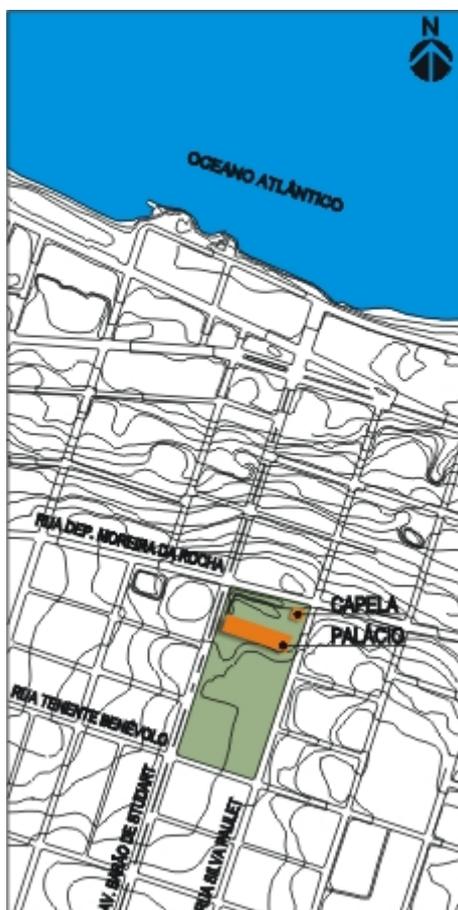


Fig.02. Implantação do edifício.  
Fonte: arquivo dos autores.

A configuração pavilhonar, alongada, da edificação, por demais adequada ao clima quente e úmido do lugar, contribui à integração dos espaços externos e internos, cuja divisão, em boa parte das vezes, se faz, apenas, por meio de esquadrias pivotantes de vidro, protegidas por varandas ou balanços da cobertura.

Do lado de fora, a pictórica natureza do “jardim tropical” será trabalhada por Fernando Chacel<sup>5</sup>, que utiliza vasta gama de espécimes da flora nativa, animada por um “riacho artificial”, com água

<sup>5</sup> Em matéria publicada na revista Projeto Design, em 2005, Evelise Grunow e Fernando Serapião o distinguem como o mais importante paisagista brasileiro da atualidade. Formado em 1953 pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual UFRJ) e tendo estagiado, durante os dois últimos anos do curso, com Burle Marx, Chacel assina importantes projetos, principalmente na Barra da Tijuca (RJ), como os parques Professor Mello Barreto e Fazenda da Restinga. Autor do livro “Paisagismo e Ecogênese”, seu trabalho se diferencia, sobre tudo, na recuperação de áreas degradadas e de restauração paisagística, insistindo no tema do ecossistema original e na criação de ecossistemas de compensação e de substituição. Ganhador de um prêmio internacional, instituído pela Fundação Dembarton Oaks, de Washington (instituição ligada à Universidade de Harvard), atualmente trabalha como Consultor Ambiental e Professor Visitante da Universidade de Montreal, no Canadá e no Brasil.

bombeada, que, a exemplo do Alvorada, cumprirá também a função de barreira física entre o edifício e os logradouros adjacentes.

Uma edícula, em forma de  $\frac{1}{4}$  de pirâmide, situada num dos vértices do terreno, abriga a Capela do Palácio e cria o contraponto à comportada geometria do pavilhão<sup>6</sup>. O percurso entre ambos é envolvido pelos jardins de Chacel, com espaços de diferentes dimensões, e culmina na abrupta mudança de nível para acesso ao espaço sagrado do templo.

## Zoneamento funcional

Devido ao dilatado período de execução, o projeto sofrerá ajustes, requeridos pelos seus sucessivos “destinatários”. Plácido Castelo, governador responsável pela concretização e exitosa finalização da obra, é o signatário da primeira “mudança de uso” do palácio: planejado, exclusivamente, para residência do governador, Castelo solicita, ainda durante a construção, a incorporação de um “novo bloco”, para gabinete de despacho e algumas secretarias.

Concluída a execução da parte original do projeto, o edifício apresenta, no pavimento térreo, além do grande hall de entrada, com pé direito duplo, significativo número de áreas de recepção, protocolares ou íntimas, além de uma retaguarda de serviços centralizada pela cozinha. No pavimento superior, o vazio do pé direito duplo do hall de entrada secciona a edificação em duas alas: a fração menor, oeste, onde ficam dispostos o gabinete particular do governador, sala de assessores diretos, sala para reunião do secretariado e áreas de espera; e a ala leste, onde se distribuem as áreas de uso mais privado da residência, além de dois apartamentos para visitantes. Finalmente, num pavimento inferior, semi-enterrado, um auditório para setenta expectadores (com sala de projeção) e áreas de aprovisionamento e serviço.

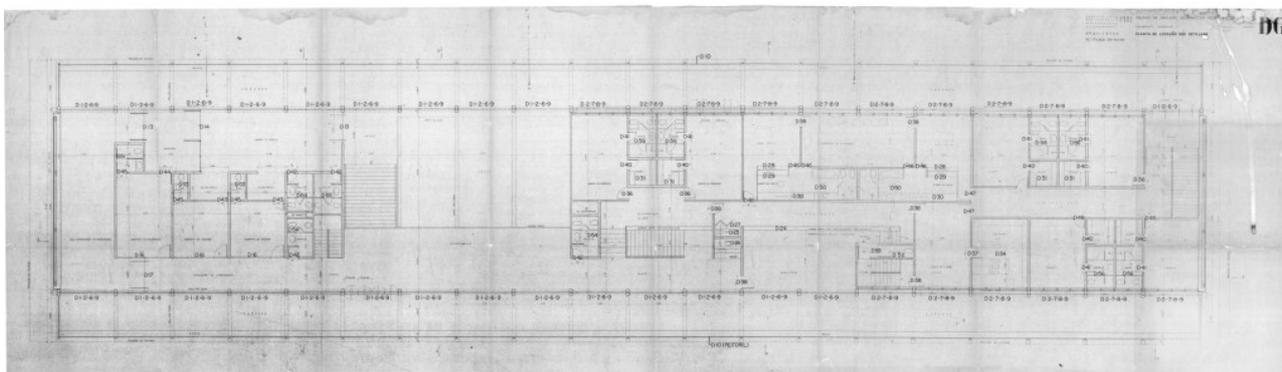


Fig.03. Planta Pavimento Superior (cópia do original).  
Fonte: arquivo Rui Filgueiras Lima.

<sup>6</sup> Montaner (2001) assinala este novo recurso, utilizado pela arquitetura moderna a partir de finais dos anos 40 e início da década de 50, o qual abandona a lógica de volumes autônomos e repetitivos que são dispostos sobre a cidade, passando a trabalhar com volumes singulares e relacionados entre si, sobre grandes plataformas urbanas. Dentre os vários exemplos citados, cabe destacar o edifício das Nações Unidas de Nova Iorque (1947-52), dirigido por Harrison e Abramovitz (baseado em uma proposta prévia de Le Corbusier), e o Centro Técnico da General Motors, em Michigan (1948-56), de Eero Saarinen.

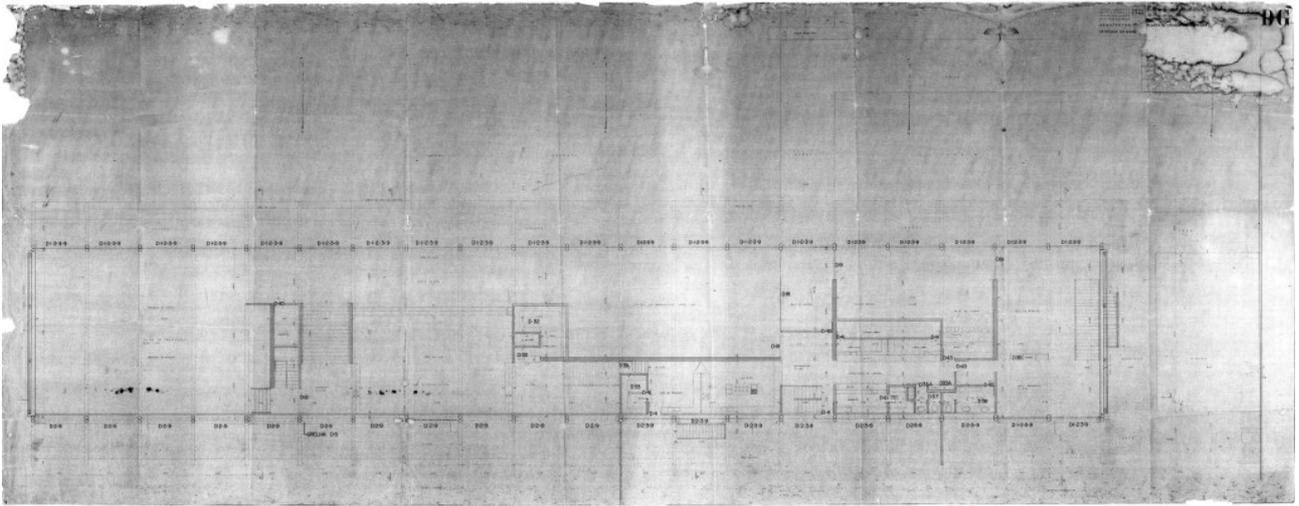


Fig.04. Planta Pavimento Térreo (cópia do original).  
Fonte: arquivo Rui Filgueiras Lima.

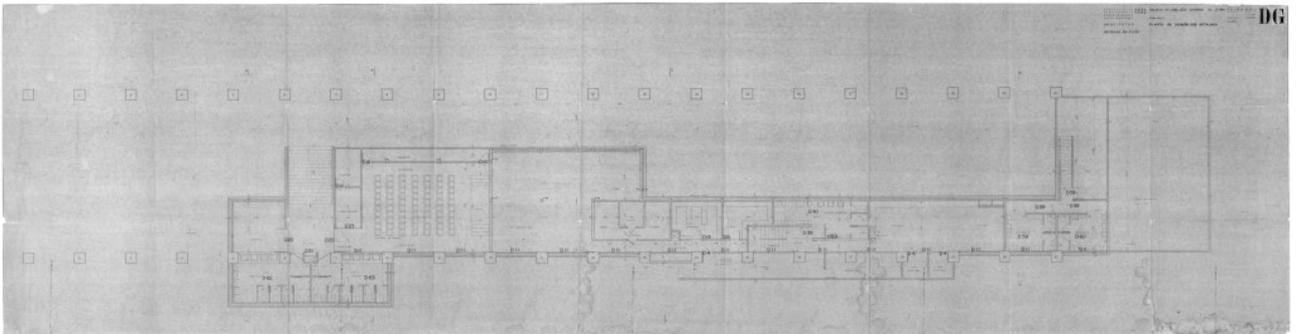


Fig.05. Planta Subsolo (cópia do original).  
Fonte: arquivo Rui Filgueiras Lima.

## Sistema estrutural e materiais de acabamento

Segre (2002), enumera, o emprego dos materiais locais, a utilização da tecnologia avançada, além da forte presença da natureza, como os três componentes essenciais que estabelecem a continuidade expressiva da obra de Sérgio Bernardes. O Palácio da Abolição é, pois, mais uma obra a afiançar tal assertiva.

Neste projeto, o arquiteto utiliza a associação de dois tubos *Mannesmann*<sup>7</sup>, de aço especial sem costura, com dez polegadas de diâmetro cada, como componente básico do seu sistema estrutural; com ele, configura vigas e pilares. No sentido transversal do edifício, o vão entre apoios é da ordem dos 13,64m, com balanço de 3,40m para ambos os lados. No longitudinal, a modulação estabelecida é de 4,20m. Há que se assinalar, além da inovação no uso deste material, a semelhança de tal elemento com o seu congêneres da arquitetura vernacular cearense,

<sup>7</sup> O grupo Mannesmann, sediado em Düsseldorf, Alemanha, aporta no país em 1952, data de lançamento da pedra fundamental para construção da sua usina siderúrgica, no bairro Barreiro, em Belo Horizonte. Num contexto de formação da emergente indústria petrolífera nacional, a empresa tem, como foco de atuação, a produção de tubos e produtos derivados. Em 1954, por ocasião da inauguração das suas instalações industriais, é produzido, no Brasil, o primeiro tubo Mannesmann sem costura, na prensa de extrusão.

o qual utiliza a associação de troncos de carnaúba (palmeira nativa da região nordeste do Brasil) para criação dos seus componentes<sup>8</sup>.



Fig.06. Fotografia da obra.  
Fonte: arquivo Rui Filgueiras Lima.



Fig.07. Fachada nordeste.  
Fonte: arquivo dos autores.

As lajes são maciças em concreto armado e, na cobertura, emprega a telha meio tubo de fibrocimento: "uma telha colonial estendida para seis metros" (BACKHEUSER, 2002, p.25); criação sua, patenteada e industrializada pela Eternit.

Nos materiais de acabamento, Bernardes mescla materiais de maior requinte, como o mármore cinza biré e a peroba, com materiais rústicos, pedras do Piauí e da Paraíba, de corrente uso em construções locais. A ambiência despojada, que estes propiciam, contracena dramaticamente com os espaços generosos e fluidos do Palácio e a exuberância da natureza culturalizada de Chacel.

### Características formais

A obra apresenta as características fundamentais que diferenciam a produção da chamada "terceira geração"<sup>9</sup>, em relação aos padrões desenvolvidos no período entre guerras. Referindo-se a tais características, Montaner (2001, p.36-37) afirma:

*[...] deve ser ressaltado, em primeiro lugar, a mudança de paradigma formal que ocorreu: o destacável exclusivismo do movimento maquinista foi se transformando em um modelo aberto, em que o contexto, a natureza, o vernáculo, a expressividade de formas orgânicas e escultóricas, a textura dos próprios materiais, as formas tradicionais e outros fatores passam a predominar.*

<sup>8</sup> Corroborando à análise de Nobre (2002), que aponta, na obra de Bernardes, uma inicial adesão aos preceitos de Lúcio Costa (na mescla do sistema corbusieriano com elementos do vocabulário plástico da arquitetura colonial brasileira), e, posteriormente, o seu gradual abandono em favor de uma pesquisa autônoma onde se sobressai a preocupação com a utilização da tecnologia avançada, pode-se cotejar a presente obra frente ao Hotel do Parque São Clemente, em Nova Friburgo (1944), também de configuração pavilhonar e estrutura independente e modulada, porém com a substituição dos materiais tradicionais desta (madeira, na estrutura, e telha cerâmica) por outros de natureza industrial (estrutura metálica e telha de fibrocimento).

<sup>9</sup> Segundo Montaner (2001), o critério que define as gerações de arquitetos do Movimento Moderno foi utilizado por vários críticos e historiadores de arquitetura, dentre os quais Kenneth Frampton, William Curtis e Giedion. A Terceira Geração do Movimento Moderno seria composta pelos arquitetos nascidos entre os anos de 1907 e 1923, cuja atividade profissional começa a se destacar entre os anos de 1945- 50.

Será, pois, no seio deste “modelo aberto” que Bernardes dará vazão à verve criativa que percorre toda a sua obra, dentro de um incansável espírito de experimentação e fé na tecnologia, vindo a se constituir, na acepção de Segre (2002), na abertura de um caminho “regionalista” e “tecnológico” ao desenvolvimento da arquitetura brasileira.



Fig.08. Fachada Noroeste.  
Fonte: arquivo dos autores.



Fig.09. Vista interna hall de entrada.  
Fonte: arquivo dos autores.

Sítio em altiplano, visuais da orla marítima, brisas, sistemas estruturais vernaculares (releitura), elementos da arquitetura tradicional (varandas), materiais locais e integração com a natureza são alguns dos aspectos trabalhados magistralmente no projeto em estudo. De tudo isto resulta uma obra arraigada em seu sítio e na cultura local; mas, ao mesmo tempo, de grande avanço tecnológico e cosmopolita, no que concerne às suas proposições.

Tal caráter dual, aliás, é estendido, por Cavalcanti (2004, p.19), a toda a obra de Bernardes, caracterizada, a um só tempo, como “racional e orgânica<sup>10</sup>”.

## Obras complementares

Além do Palácio da Abolição, objeto do presente artigo, Sérgio Bernardes projeta outros três elementos do atual conjunto: a Capela do Palácio, já mencionada anteriormente e que faz parte do projeto original; o gabinete de despacho do Governador, bloco anexo, interligado ao Palácio através de uma passarela, encomendado durante a execução deste; e o Monumento e Mausoléu do Presidente Castelo Branco, solicitado pelo Governador Plácido Castelo por ocasião do quinto aniversário de morte do presidente cearense.

O Monumento, segundo Bernardes, é um símbolo e o balanço de quase 30m representa a projeção do pensamento no espaço. Sendo o pensamento uma soma de reflexões, projeta o

---

<sup>10</sup> Em tal referência, o citado autor relaciona a obra do arquiteto à concepção racional e minimalista de Mies van de Rohe e, ao mesmo tempo, a uma aproximação e diálogo com a natureza, próprias da obra de Frank Lloyd Wright. Cabe salientar, no edifício em questão, o uso de elementos e componentes próprios da cultura local, como varandas e esquadrias em bôsculas, que respondem pela adequada aclimatação do edifício.

espelho d'água que reflete a estrutura de concreto<sup>11</sup>. A “Capela de Meditação” localizada no extremo do balanço refere-se à dicotomia entre o espírito e a matéria.



Fig.10. Capela.  
Fonte: arquivo dos autores.



Fig.11. Monumento e Mausoléu Castelo Branco.  
Fonte: arquivo dos autores.

## Considerações finais

O direcionamento dos recursos para execução do bloco anexo, correspondente ao Gabinete do Governador, compromete, em boa medida, a finalização plena do Palácio da Abolição. Alguns componentes, imprescindíveis ao bom funcionamento do edifício, como a central de ar condicionado, são sumariamente eliminados. Ainda assim, Palácio e/ou Gabinete servem aos próximos seis governadores, perfazendo um período correspondente a dezessete anos<sup>12</sup>.

Com suas instalações inacabadas (fato que possibilita a ocupação apenas parcial do edifício), sofrendo a deletéria ação do tempo e, ainda, sendo alvo de intensas críticas, por parte de presunçosos colonistas sociais (que consideravam tais acomodações por demais singelas), o Palácio da Abolição perde prestígio e é preterido, em 1987, pelo recém-eleito governador Tasso Jereissati, que decide por despachar no inacabado Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro do Cambé<sup>13</sup>, e servir-se da sua residência própria como local de moradia.

A partir de então, o Palácio passa a abrigar algumas secretarias de Estado e órgãos da administração pública, além de configurar-se numa espécie de local de exposições temporárias que, por uma sinonímia inadequada, recebe o título de “Centro Cultural do Abolição” (vinculado à Secretaria Estadual de Cultura).

<sup>11</sup> Informações retiradas do texto escrito por Sérgio Bernardes na manhã da inauguração do Monumento, quando estavam sendo testadas as fontes do espelho d'água. O projeto foi construído em 4 meses e entregue na data prevista para a solenidade, dia 18 de julho de 1972, pelo então governador César Cals de Oliveira, no quinto aniversário de morte do Marechal.

<sup>12</sup> Plácido Castelo foi o primeiro governador a utilizar a residência oficial, seguido por César Cals; Adauto Bezerra por possuir residência particular nas cercanias do Abolição, seguiu morando em casa própria, porém despachando e fazendo uso do Palácio para as reuniões e as recepções oficiais; Waldemar de Alcântara, em seu curto período à frente do governo, serviu-se do Palácio e do Gabinete; Virgílio Távora, em seu segundo mandato, utilizou o gabinete de despacho, porém adquiriu outro imóvel, adaptado para residência oficial, enquanto pretendia realizar uma reforma na estudada edificação; este último esquema foi também seguido por Gonzaga Motta.

<sup>13</sup> Conforme esclarece Segawa (2002, p.177), “os centros político-administrativos estaduais, efetivados nos anos de 1970, foram organizados como cidadelas afastadas dos núcleos urbanos tradicionais. Implantados em grandes vazios periféricos à cidade, obedecem a planos diretores que, na maioria dos casos, reproduziam o esquema de Brasília [...]. A grandeza desses empreendimentos inviabilizou a sua conclusão, esgotada a ganância do ‘milagre econômico’”. Neste texto, dentre vários exemplos, é citado o ora referido, edificado em Fortaleza.

Em maio de 2003, o então governador Lúcio Alcântara, através de decreto estadual, nomeia uma comissão de recuperação física do Palácio da Abolição<sup>14</sup>, integrada pelos arquitetos Luiz Muniz Deusdará, José Liberal de Castro e Romeu Duarte Júnior, além dos engenheiros José Alberto Cezar Cabral e Luis Gonzaga Nogueira Marques, com coordenação direta do seu gabinete; comissão, esta, sem remuneração, a “bem do interesse público”. A comissão elabora um relatório de diagnóstico do estado de conservação do Palácio, destinado a direcionar as necessárias ações de recuperação do edifício. A rigor, entretanto, nenhum procedimento efetivo é verificado como decorrência de tal ato.

As últimas aparições do edifício na mídia local acontecem por ocasião da posse do atual governo, encabeçado por Cid Ferreira Gomes, sendo noticiadas as suas intenções de recuperação e restauro desta obra. Nas proximidades do término do primeiro ano de exercício, o assunto encontra-se fora da pauta das ações anunciadas pelo poder executivo estadual, sem que informações oficiais sejam divulgadas acerca deste tema.

Cumprido, pois, assinalar a subutilização e desprezo historicamente dispensados pela administração pública local para com este importante exemplar da arquitetura moderna, cuja ausência total de manutenção põe em risco a sua própria permanência<sup>15</sup>.

Este trabalho destaca e resgata esta importante obra, implantada no Ceará, que, ao perder sua função precípua, corre o risco de desaparecer por completo, dado o descaso com que é tratado tal patrimônio.

## Referências Bibliográficas

- BACKHEUSER, João Pedro. Sérgio Bernardes: sob o signo da aventura e do humanismo. Projeto Design, São Paulo, n.270, p.24-26, agosto, 2002.
- CAVALCANTI, Lauro. Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- \_\_\_\_\_. Sérgio Bernardes – herói de uma tragédia moderna. Rio de Janeiro: Relume/Dumara, 2004. (Perfis do Rio).
- GRUNOW, Evelise. SERAPIÃO, Fernando. Fernando Chacel. Projeto Design, São Paulo, n.305, p.6-8, junho, 2005.
- MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- NOBRE, Ana Maria. Sérgio Bernardes: a subversão do possível. São Paulo: Vitruvius, 2002. Disponível em:  
< [http://www.vitruvius.com.br/ac/ac009/ac009\\_2.asp](http://www.vitruvius.com.br/ac/ac009/ac009_2.asp) > Acesso em 14 jul. 2007, 10:22:00.
- PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos coronéis (1945 a 1986). In: Sousa, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SEGRE, Roberto. Sérgio Bernardes (1919-2002): entre o regionalismo e o high tech. São Paulo: Vitruvius, 2002. Disponível em:

<sup>14</sup> Este mesmo governador sanciona o tombamento estadual desta edificação.

<sup>15</sup> Segundo o engenheiro Rui Filgueiras Lima, há uma preocupação pelo fato de nunca ter existido um trabalho sério de manutenção; a própria estrutura metálica apresenta sinais de corrosão, por falta de reparo na pintura que a protege, o que pode vir a afetar a segurança e a estabilidade da edificação.

< [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq026/arq026\\_00.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq026/arq026_00.asp) > Acesso em 14 jul. 2007, 11:07:00.